

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Geovanne Dias de Moura*

Patrícia Siqueira Varela**

Resumo

O estudo objetivou analisar o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas da BM&FBovespa, por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa, com consulta ao Balanço Patrimonial, notas explicativas e relatórios de administração disponíveis no *site* da BM&FBovespa e *websites* das organizações. A amostra compreendeu 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBovespa com maiores e menores representatividades de ativos intangíveis no ano de 2009. Os resultados permitiram verificar uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, em média, equivaliam a 17% do ativo total e 34% dos ativos fixos. Destacaram-se os *softwares*, *ágio*, contratos de concessão e marcas e patentes, sinalizando que, estes, eram os intangíveis mais recorrentes nas empresas brasileiras. Em relação à evidenciação, os resultados revelaram um índice médio de conformidade de 75%. Os índices demonstraram-se superiores nos setores de utilidade pública, construção e transporte e tecnologia da informação, que são aqueles com maiores proporções de intangíveis.

Palavras-chave: Conformidade das informações divulgadas. Ativos intangíveis. Empresas da BM&FBovespa.

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário econômico, cada vez mais desenvolvido, as empresas não podem se limitar apenas a fatores tradicionais, como capital e trabalho. Precisam apresentar diferenciais para se manterem competitivas e responderem mais

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau; Rua Antônio da Veiga, 140, Victor Konder, 89012-900, Blumenau, SC; geomoura@terra.com.br

** Professora do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP; Avenida Professor Luciano Gualberto, 908 - FEA-3, Butantã, 05508-010, São Paulo, SP; psvarela@usp.br

rapidamente às mudanças (JOHANSON; MARTENSSON; SKOOG, 2001; TAVARES, 2010). Nesse cenário, os ativos intangíveis passaram a ser reconhecidos pelas organizações como fontes de vantagem competitiva, além de contribuir para o aumento do valor da empresa (SVEIBY, 1998; LEV, 2001; KAYO; TEH; BASSO, 2006; SRIRAM, 2008).

Em virtude disso, é necessário que as informações sobre os ativos intangíveis sejam evidenciadas ao mercado, a fim de sinalizar aos investidores que a companhia realmente conhece e sabe o quanto valem os seus intangíveis (ANTUNES; LEITE; GUERRA, 2009). Uma das formas de realizar essa evidenciação é por meio das demonstrações financeiras que devem conter os ativos intangíveis, para cumprirem o seu amplo objetivo de fornecer informações que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões e avaliações, conforme prevê o Pronunciamento Conceitual Básico (2008, p. 3) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O problema com a maioria dos ativos intangíveis, conforme mencionam Hoegh-Krohn e Knivsfla (2000), é que eles podem ser de difícil identificação e seus benefícios econômicos futuros são, muitas vezes, consideravelmente mais incertos do que para os ativos tangíveis. Nesse sentido, Oliveira, Rodrigues e Craig (2010) alertam para o fato de que muitas empresas não têm reconhecido seus intangíveis como ativos, gerando preocupações com a confiabilidade das demonstrações financeiras que podem ter seu conteúdo informativo diminuído.

Considerando o aumento da importância dos ativos intangíveis na economia mundial e visando à maximização do poder informativo das demonstrações financeiras, nos Estados Unidos, em 2001, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) redefiniu o tratamento dado aos ativos intangíveis para o mercado norte-americano com a emissão do pronunciamento n. 142 (Ágio e Outros Ativos Intangíveis). Em 2004, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão internacional que publica e atualiza normas internacionais de contabilidade, alterou o texto da norma *International Accounting Standard* (IAS) n. 38, prescrevendo novos critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação. No Brasil, em 2008, visando à convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, ocorreu a aprovação do CPC 04 (Ativo Intangível que tem como base o IAS 38).

Essas mudanças contribuem para a melhoria da evidenciação de informações por meio dos demonstrativos financeiros, possibilitando que os usuários da contabilidade sejam capazes de compreender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis e o desempenho futuro da empresa.

No Brasil, há estudos recentes sobre a evidenciação voluntária de informações referentes aos ativos intangíveis, como, por exemplo: Santos, Gallon e Enslin (2007); Rêgo et al. (2008); Matos et al. (2009); Macagnan (2009) e Schnorrenberger, Sousa e Reina (2009). Há também estudos que pesquisaram sobre aspectos estipulados pela Lei n. 11.638/07, como é o caso de Pereira et al. (2007); Jordão e Colauto (2009); Galo (2009); Antunes, Silva e Saiki (2009) e Cunha et al. (2010).

No entanto, ainda há necessidade de estudos que verifiquem se as empresas brasileiras estão evidenciando todas as informações determinadas pelo CPC 04, as quais envolvem critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação referentes aos intangíveis. Diante desse contexto, a questão problema que norteia essa pesquisa é: qual é o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas brasileiras? Assim, o estudo objetiva analisar o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas da BM&FBovespa de setores com maiores e menores proporções de tais ativos, por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04.

A representatividade, cada vez maior, dos ativos intangíveis no patrimônio das empresas, assim como sua relevância para a criação de valor para elas, foi tratada nos estudos de Martins (1972); Edvinsson e Malone (1998); Hoegh-Krohn e Knivsfla (2000); Kanodia, Sapra e Venugopalan (2004); Perez e Famá (2006); Iudícibus, Martins e Gelbecke (2008) e Secundo et al. (2010), por isso justifica-se a pesquisa empírica.

Ainda, com base na relevância dos intangíveis para as empresas, justifica-se analisar se as informações sobre ativos intangíveis estão sendo evidenciadas ao mercado de acordo com as orientações do CPC 04, a fim de verificar se as empresas, realmente, estão possibilitando que os usuários sejam capazes de compreender os investimentos realizados em ativos intangíveis. Tendo em vista que o CPC 04 se trata de um regime regulamentar baseado em padrões contábeis internacionais que exige mudanças de práticas contábeis, o seu cumprimento por completo nos anos iniciais pode ser difícil para algumas empresas.

2 NORMAS DE CONTABILIDADE SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis, para Hitt, Ireland e Hoskisson (2003, p. 105), são aqueles que podem ser vistos e quantificados facilmente, como equipamentos de produção, veículos e móveis. Porém, na medida em que a aquisição desses ativos tangíveis torna-se acessível e estes podem ser obtidos por todo tipo de empre-

sa, o que diferencia uma das outras, segundo Kayo (2002), passa a ser os ativos intangíveis. Segundo o autor, pode ocorrer a aquisição de terrenos ou edifícios semelhantes ou, então, a compra das mesmas máquinas e equipamentos, todavia, a habilidade das pessoas para gerar riquezas, as marcas, as patentes, entre outros ativos denominados intangíveis, são únicos para cada empresa.

Atkinson e McGaughey (2006) descrevem que a discussão contábil sobre intangíveis iniciou em 1953, nos Estados Unidos, com a publicação do Boletim de Pesquisa em Contabilidade (ARB) n. 43 pela Comissão do Processo de Contabilidade do AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). No entanto, os autores mencionam que, somente em 1970, foi emitido o Parecer n. 17 sobre ativos intangíveis pelo *Accounting Principles Board* (APB), desenvolvido para reconhecer os ativos intangíveis adquiridos separadamente e possibilitar a sua evidenciação nos demonstrativos contábeis.

Ainda de acordo com Atkinson e McGaughey (2006), o conteúdo estabelecido pelo APB n. 17 permaneceu até 2001, quando então o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) emitiu o pronunciamento n. 142 “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”, que substituiu o APB n. 17. Para Pereira et al. (2007), ao ser emitido o pronunciamento n. 142 nos Estados Unidos, o FASB, além de redefinir o tratamento dado aos ativos intangíveis no mercado norte-americano, que possibilitou uma melhoria da evidenciação, também, reconheceu a verdadeira importância desses ativos para o desenvolvimento da economia do país.

Essas novas deliberações convergiram para os pronunciamentos propostos pelo IASB, órgão internacional que publica e atualiza normas internacionais de contabilidade e que, em 2004, alterou o texto da norma *International Accounting Standard* (IAS) 38, visando a definir um melhor tratamento contábil para ativos intangíveis. Com essa alteração, foram estabelecidos critérios para reconhecimento, especificações para mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis.

Seguindo essa tendência, no Brasil, foi emitida a Deliberação CVM n. 488/05 que aprovou o Pronunciamento 27 “Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações” do Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), que estabeleceu algumas mudanças na apresentação das demonstrações contábeis para todas as companhias abertas, visando à aproximação com as normas internacionais.

Uma das principais alterações foi a transferência dos subgrupos investimentos, imobilizado e diferido para o ativo não circulante. Além disso, uma grande novidade para a contabilidade brasileira foi a criação do subgrupo intangível que, antes dessa deliberação, os ativos classificados neste subgrupo eram re-

conhecidos nos diversos subgrupos do Ativo Permanente, conforme determinava a Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Foi também aprovada, em 28 de dezembro de 2007, a Lei n. 11.638, que trouxe uma série de modificações à Lei n. 6.404/76. As modificações também tiveram como objetivo a harmonização da legislação societária brasileira com as práticas contábeis internacionais. A Lei n. 11.638/07 criou um grupo específico em que deveriam ser registrados os ativos intangíveis como as marcas, patentes e direitos sobre recursos naturais, por exemplo. E esses intangíveis deveriam ser amortizados ou seguir o artigo 183, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, alterado pela Lei n. 11.638/07, que determina que a companhia deve efetuar, periodicamente, a análise sobre a recuperação do intangível. Isto é, a Lei n. 11.638/07 estabeleceu alguns critérios em relação a quais ativos poderiam ser contabilizados no subgrupo Ativo Intangível com o intuito de que pudessem ser evidenciados, efetivamente, no Balanço Patrimonial.

No processo de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, em novembro de 2008, foi emitida a Deliberação CVM n. 553 que aprovou o CPC 04 – Ativo Intangível, que tem como base o IAS 38. O pronunciamento tem como objetivo definir os tratamentos contábeis para este tipo de ativo não abrangido em outro pronunciamento, estabelecer critérios para reconhecimento, determinar como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis e, ainda, exigir divulgações específicas sobre esses ativos no Brasil.

3 **DISCLOSURE OBRIGATÓRIO DE ATIVOS INTANGÍVEIS**

A cada dia, as empresas passam a evidenciar mais informações para atender aos órgãos reguladores (evidenciação compulsória) ou para demonstrar maior transparência na sua administração (evidenciação voluntária). Mas, independentemente do fato de ser voluntária ou compulsória, Bushman e Smith (2003) mencionam que a evidenciação é essencial para auxiliar os investidores no momento de avaliar as oportunidades de investimento.

O *disclosure* de ativos intangíveis para Sveiby (1998) é extremamente importante, e está associado a necessidades internas e externas que as empresas possuem. Em relação à necessidade interna, o autor menciona que a evidenciação ocorre para que a gerência possa conhecer, monitorar e tomar medidas corretivas sobre seus intangíveis. A necessidade de evidenciação externa ocorre para uma

maior transparência perante os clientes, credores, fornecedores, governo, acionistas e demais *stakeholders*.

Os critérios específicos sobre a evidenciação obrigatória de ativos intangíveis de acordo com o CPC 04 (2008, p. 33-34) são:

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para os ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
 - (i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
 - (ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;
 - (iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliação nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perdas por desvalorização de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (vi) qualquer amortização reconhecida no período;
 - (vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;
 - (viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

Além destes itens, ainda devem ser evidenciadas informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor recuperável, obedecendo às determinações do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Além disso, deve divulgar “[...] a natureza e o valor das variações nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em períodos subsequentes.” (CPC 04, 2008, p. 34).

Outras informações exigidas pelo CPC 04 (2008, p. 31) são:

- (a) em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;
- (b) uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
- (c) em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo (ver item 43):
 - (i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;
 - (ii) o seu valor contábil;
 - (iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação;
- (d) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;
- (e) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

O CPC 04 (2008) prevê ainda informações para reavaliação, porém, no Brasil, tal prática não é permitida devido às disposições contidas na Lei n. 11.638/07, que alterou a Lei n. 6.404/76, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.

Outra evidenciação obrigatória pela entidade, de acordo com CPC 04 (2008, p. 32), refere-se ao total gasto com pesquisa e desenvolvimento reconhecido como despesa no período, como, por exemplo, custos com empregados, taxas de registro de direitos legais, amortização de patentes, etc.

Mesmo sendo compulsórias, algumas informações podem não ser evidenciadas pelas empresas como forma de proteção às informações de natureza estratégica, em virtude de custos de elaboração e divulgação ou até mesmo por desconhecimento pleno da Legislação (DANTAS; ZENDERSKY; NIYAMA, 2004).

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa, caracterizada como descritiva, foi realizada por meio de análise documental e abordagem quantitativa. A amostra é considerada intencional não probabilística e compreendeu 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBovespa.

Para definição da amostra, inicialmente, por meio dos balanços patrimoniais disponíveis no *site* da BM&FBovespa, foram identificadas as empresas que possuíam ativos intangíveis no ano de 2009 (366 empresas identificadas).

Destaca-se que as empresas do setor financeiro e outros foram excluídas em virtude das peculiaridades do setor.

Em seguida, foi verificado qual era o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total, em cada uma das 366 companhias que possuíam ativos intangíveis. Esse cálculo permitiu identificar, também, a média de representatividade dos ativos intangíveis por setor de atividade da BM&FBovespa, conforme é possível verificar na Tabela 1:

Tabela 1 – Percentual de proporção média dos intangíveis em relação ao ativo total nas empresas de nove setores econômicos da BM&FBovespa no ano de 2009

Rank	Setor	N. Empresas	% de proporção média em relação ao ativo total
1	Utilidade pública	65	29
2	Construção e transporte	67	23
3	Tecnologia da informação	6	23
4	Telecomunicações	31	18
5	Consumo não cíclico	33	14
6	Petróleo, gás e biocomb.	42	14
7	Consumo cíclico	51	10
8	Bens industriais	31	7
9	Materiais básicos	40	6
Total de Empresas		366	16

Fonte: os autores.

A amostra da pesquisa foi redefinida para as empresas dos três setores com maiores representatividades de intangíveis no ativo total – utilidade pública, construção e transporte e tecnologia da informação – e dos três setores com menores representatividades – consumo cíclico, bens industriais e materiais básicos.

Após obter a amostra final (260 empresas), foram analisados, ainda, os valores dos intangíveis evidenciados e o percentual em relação ao ativo fixo. De forma complementar, buscou-se, também, identificar, por meio das notas explicativas e relatórios da administração, de cada uma das companhias, quais eram os ativos intangíveis que possuíam e, posteriormente, realizou-se o reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), na qual o autor classifica os ativos intangíveis em três grupos, a saber: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa.

Em seguida, calculou-se o índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis. Para isso, novamente foram consultadas as notas explicativas e os relatórios da administração das companhias, buscando observar se as informações sobre tais ativos foram apresentadas conforme as determinações do CPC 04. Para cálculo do índice, foi elaborado um constructo a partir do CPC 04. O Quadro 1 apresenta as informações que devem ser divulgadas conforme orientação do pronunciamento técnico:

Quadro 1 – Informações obrigatórias a serem divulgadas sobre ativo intangível

Dim.	Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis	
Vida útil/valor	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?

Adições/ baixas	15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	16	Divulgou o valor justo, inicialmente reconhecido, dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	17	Divulgou o valor contábil, inicialmente reconhecido, dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
	19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?
Reavaliação/Teste de Impairment	20	Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?
	21	Divulgou o saldo da reavaliação, relacionada aos intangíveis, no início e no final do período?
	22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de impairment, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	23	Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	24	Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?

Fonte: adaptado do CPC-04 (2008).

Para cada resposta poderiam ser atribuídas três notas (0, 1 ou 2), sendo 0 para aquelas que não estavam em conformidade com as determinações do CPC 04, 1 para as informações que foram apresentadas conforme as determinações do CPC 04 e 2 quando a questão não era aplicável para determinadas empresas.

Por exemplo, na questão 7 que pergunta se a empresa divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita, alguma companhia da amostra poderia não ter nenhum ativo intangível com titularidade restrita, portanto, a questão não seria aplicável para ela. Nestes casos, a pontuação foi 2. Se o índice fosse composto apenas por questões binárias (0 e 1), nesse exemplo mencionado, a empresa receberia pontuação 0 e poderia ser penalizada por não revelar um tipo específico de informação que não se aplica à sua realidade operacional.

Ao final da coleta, as questões que receberam pontuação 2 (considerada não aplicável) foram removidas do índice, pois, caso não fossem, compromete-

riam o resultado final. Cabe destacar ainda que todas as questões têm o mesmo peso e, ao final, cada empresa terá uma pontuação que varia de 0% (pior) a 100% (melhor).

A análise dos dados coletados foi realizada com o uso de medidas de estatísticas descritivas, tais como médias, mínimos, máximos e desvio padrão. Além disso, para verificar se existiam diferenças significativas entre os níveis de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis, entre empresas de diferentes setores, realizou-se o teste t de Student para comparar as médias dos índices.

Segundo Spiegel (1993), o teste t de Student é o teste mais adequado para verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos que possuem mais de 30 elementos amostrais. No caso deste estudo, o setor de utilidade pública possui 65 empresas, o de construção e transporte possui 35, o de consumo cíclico possui 51 empresas, o de bens industriais possui 31, o de materiais básicos possui 40 empresas. No entanto, o setor de tecnologia da informação possui apenas 6 empresas. Então, para esse setor, foi calculada a variância corrigida da amostra, com auxílio da tabela de distribuição t de Student, conforme indicado por Spiegel (1993), para evitar distorção de comparação em virtude do baixo número de empresas nesse setor, quando comparado aos demais.

Destaca-se ainda que, antes da aplicação deste teste, foram observados os pressupostos do teste t de Student, que exige: normalidade dos dados, verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS); homogeneidade de variâncias, verificada por meio do teste de Levene e de Berlett. O teste KS e o teste de Levene e de Berlett, também são considerados os mais adequados, para esses tamanhos de amostra, conforme descreve Spiegel (1993).

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção contém a descrição e a análise dos dados coletados. Primeiramente, descreve-se a representatividade dos intangíveis nas empresas, em seguida, apresentam-se os intangíveis evidenciados nos relatórios contábeis que compõem o subgrupo ativo intangível. Na sequência, descrevem-se as estatísticas descritivas do índice de conformidade com o CPC 04 de informações divulgadas sobre ativos intangíveis e, por fim, as questões que apresentaram maior variabilidade de respostas.

Conforme já mencionado anteriormente, são muitos os estudos que relatam sobre o aumento da representatividade dos ativos intangíveis no patri-

mônio das empresas. A análise neste item permite verificar o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total e ativo fixo e, também, os valores dos intangíveis evidenciados pelas empresas brasileiras que fazem parte da amostra estudada.

Tabela 2 – Valores dos ativos intangíveis das empresas no ano de 2009 de acordo com os setores da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	N. empresas	Mínimo (Reais mil)	Máximo (Reais mil)	Média (Reais mil)	Desvio Padrão (Reais mil)
Utilidade pública	65	1	16.917.417	1.817.525	2.686.010
Construção e transporte	67	16	4.976.541	486.563	895.114
Tecnologia da informação	6	30.613	604.071	199.589	213.403
Consumo cíclico	51	1	3.688.630	263.757	694.443
Bens industriais	31	80	1.263.158	87.453	236.958
Materiais básicos	40	11	16.439.694	1.377.168	3.418.874
Totais	260	1	16.917.417	858.406	2.075.216

Fonte: os autores.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, o setor econômico de utilidade pública se destacou, pois, as empresas desse setor possuíam, em média, o equivalente a R\$ 1.817.525.000,00 em ativos intangíveis. A empresa com menor valor possuía apenas R\$ 1.000,00 em intangíveis, porém, a empresa com maior valor investido em intangíveis também é desse setor, com R\$ 16.917.417.000,00. Portanto, ocorrem grandes desigualdades, confirmado pelo alto desvio padrão de R\$ 2.686.010.000,66.

Destacam-se, também, as empresas do setor de materiais básicos com valores médios de R\$ 1.377.168.000,00, mínimo de R\$ 11.000,00, máximo de R\$ 16.439.694.000,00 e, assim como o setor de utilidade pública apresentou um alto desvio padrão (R\$ 3.418.874.000,62), deixando claro que há grandes desigualdades, também, nesse setor.

Percebe-se, ainda, na Tabela 2, que os setores de bens industriais e de tecnologia da informação possuíam as empresas da amostra com os menores valores médios de intangíveis, R\$ 87.453.000,16 e R\$ 199.589.000,80, respectivamente. Porém, os menores desvios padrões são desses dois setores que apresentam maior homogeneidade, analisando de maneira comparativa com os outros setores. Verificam-se valores expressivos de intangíveis que precisam ter informações confiáveis e que sejam divulgadas detalhadamente para os diversos *stakeholders*.

Na Tabela 3, estão expostos os dados sobre a representatividade dos ativos intangíveis no ativo total das empresas, no ano de 2009, de acordo com os setores econômicos da BM&FBovespa:

Tabela 3 – Representatividade dos intangíveis no ativo total das empresas no ano de 2009 de acordo com os setores econômicos da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	N. empresas	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio Padrão (%)
Utilidade pública	65	0,01	84	29	24
Construção e transporte	67	0,01	98	23	32
Tecnologia da informação	6	2,33	51	22	21
Consumo cíclico	51	0,01	81	10	19
Bens industriais	31	0,06	43	7	10
Materiais básicos	40	0,02	56	6	12
Índice de intangibilidade	260	0,01	98	17	24

Fonte: os autores.

O setor econômico de utilidade pública, que no ano de 2009 possuía 65 empresas com ativos intangíveis evidenciados no Balanço Patrimonial, destacou-se novamente com o maior índice médio, ou seja, dentre o ativo total, as empresas desse setor possuíam, em média, o equivalente a 29% de ativos intangíveis. O índice mínimo desse setor (0,01%) foi obtido pela empresa Eletrobrás e o máximo referia-se à empresa Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) em que os ativos intangíveis representavam 84% do ativo total, portanto, ocorrem desigualdades neste setor, conforme pode ser percebido pelo desvio padrão de 24%. Os setores de construção e transporte e tecnologia da informação apresentaram índices médios semelhantes, de 23% e 22%, respectivamente, porém, o setor de construção e transporte destacou-se por possuir a empresa Concessionária Rota das Bandeirantes S. A. em que os ativos intangíveis representavam o maior percentual em relação ao ativo total da amostra, correspondente a 98%.

Percebe-se ainda, na Tabela 3, que os setores de bens industriais e materiais básicos possuíam as empresas com menores valores de intangíveis em relação ao ativo total, com índices médios de apenas 7% e 6%. Além disso, as empresas desses setores apresentaram desvio padrão menores do que os demais setores, comprovando que a maioria das empresas desse setor realmente possuía menores proporções de ativos intangíveis em relação ao ativo total.

Os dados da Tabela 3 demonstram que, de maneira geral, os ativos intangíveis equivaliam a 17% do ativo total das 260 empresas analisadas. Esse

percentual é superior ao encontrado por Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), que investigaram a representatividade dos intangíveis no ativo total de um conjunto de empresas que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa e à NYSE nos anos de 2006 e 2007 e obtiveram um índice médio de representatividade equivalente a 12%. Porém, é importante destacar que a diferença de resultados pode ser decorrente dos critérios de formação da amostra.

A Tabela 4 apresenta os dados da representatividade dos ativos intangíveis no ativo fixo das empresas no ano de 2009 de acordo com os setores econômicos da BM&FBovespa:

Tabela 4 – Representatividade dos intangíveis no ativo fixo das empresas no ano de 2009 de acordo com os setores da BM&FBovespa

Sector econômico da BM&FBovespa	N. empresas	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio Padrão (%)
Utilidade pública	65	0,01	100	58	42
Construção e transporte	67	0,01	100	41	36
Tecnologia da informação	6	23,69	96	68	28
Consumo cíclico	51	0,01	100	22	28
Bens industriais	31	0,23	74	15	19
Materiais básicos	40	0,05	81	9	18
Índice de intangibilidade	260	0,01	100	34	37

Fonte: os autores.

Observa-se, na Tabela 4, que o setor econômico de tecnologia da informação se destacou, pois, entre o total de ativos fixos, as empresas desse setor possuíam, em média, o equivalente a 68% de ativos intangíveis. O índice mínimo desse setor foi proveniente da empresa Itaotec S. A. (23%) e o máximo foi obtido pela empresa Bematech S. A. (96%), portanto, ocorrem desigualdades neste setor, conforme pode ser percebido pelo desvio padrão de 28%.

Destacaram-se, também, as empresas do setor de utilidade pública, com um índice médio de representatividade de intangíveis em relação ao ativo fixo de 58%, índice mínimo de 0,01% da empresa Eletrobrás Participações S. A. e máximo de 100% obtido por 13 empresas: Afluenta Geração de Energia Elétrica S. A., Cia. Paulista de Força e Luz, Cia. Pirapitinga de Força e Luz, Enersul S. A., Rio Grande Energia S. A., Cemar S. A., Celpe S. A., Uptick Participações S. A., Cemat S. A., Cosern S. A., Cemig Distrib. S. A., e Bandeirante Energia S. A. e Escelsa S. A. O alto desvio padrão de 42% deixa evidente as grandes desigualdades

entre empresas desse setor. Destaca-se, ainda, um bom índice médio (41%) das empresas do setor de construção e transporte que também possuía duas empresas (Concepa S. A. e Concessionária Rota das Bandeirantes S. A.) em que os ativos intangíveis representavam 100% do total dos ativos fixos.

Também percebe-se, por meio da Tabela 4, que as empresas com menores percentuais médios de intangíveis em relação ao ativo fixo total são dos setores de consumo cíclico, bens industriais e materiais básicos em virtude de possuírem empresas com índices extremamente baixos, inferiores a 1% do total do ativo fixo.

Os dados da Tabela 4 permitem verificar a representatividade dos ativos intangíveis que, de maneira geral, equivalem a 34% do total de ativos fixos; porém, algumas empresas possuíam índices bem mais expressivos. Esses resultados demonstraram-se bastante superiores aos encontrados por Crisóstomo (2009), que investigou a representatividade dos intangíveis no ativo fixo de uma amostra composta por 86 empresas brasileiras não financeiras no período de 2005 a 2007 e obtiveram um índice médio de representatividade de apenas 5,1%. Cabe destacar, novamente, que a diferença de resultados, neste caso, também pode ser decorrente dos critérios de formação da amostra.

Na pesquisa realizada por Crisóstomo (2009), das 86 empresas pesquisadas, apenas duas apresentaram valor de intangível superior a 50%. Nesta pesquisa, das 260 empresas, em 79 delas, os intangíveis equivaliam a mais de 50% do ativo fixo, apontando para um aumento da representatividade dos intangíveis conforme descrito na literatura.

Para enriquecer a análise, buscaram-se os intangíveis evidenciados nos relatórios contábeis que compõem o subgrupo ativo intangível no Balanço Patrimonial das empresas e, posteriormente, realizou-se o reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), em que os ativos intangíveis são divididos em três grupos: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa, conforme exposto na Tabela 5:

Tabela 5 – Ativos intangíveis evidenciados pelas empresas da amostra no período de 2009

Intangíveis evidenciados na amostra pesquisada	Total de empresas da amostra	N. Empresas que apresentam o intangível	Percentual de empresas que apresentam o intangível
Capital Interno			
Pesquisa e desenvolvimento	260	38	15
Softwares	260	222	85
Acervo técnico	260	3	1
Acordo de não competitividade	260	4	2
Direitos de uso de linha telefônica	260	2	1
Capital Externo			
Marcas e patentes	260	80	31
Franquias (pontos comerciais)	260	6	2
Contratos de concessão	260	93	36
Ágio sobre investimentos	260	127	49
Carteira de clientes	260	5	2
Direitos autorais	260	1	1
Competências dos funcionários			
Know-how	260	0	0

Fonte: os autores.

A Tabela 5 apresenta os itens do intangível que compõem o grupo ativo intangível do balanço patrimonial e que foram citados de forma narrativa e mensurados individualmente nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas das empresas analisadas referentes ao ano de 2009. Seguindo a classificação de Sveiby (1998), os resultados indicaram que as empresas, sob análise, possuíam uma estrutura intangível interna composta por pesquisa e desenvolvimento, *softwares*, acervo técnico, acordos de não competitividade e direitos de uso de linha telefônica e uma estrutura externa composta por marcas e patentes, benfeitoria em projetos de terceiros, franquias, contratos de concessão, ágio sobre investimentos, carteiras de clientes e direitos autorais. Em relação à competência dos funcionários, não foram identificados intangíveis.

Dentre os intangíveis evidenciados, destacam-se os *softwares*, que foram evidenciados por 222 das 260 empresas (85%), e o ágio sobre investimentos que foi evidenciado por 127 empresas (49%). Contratos de concessão e marcas e patentes, também, se mostraram relevantes, sendo evidenciados por 36% e 31% das empresas, respectivamente. E, em menores percentuais, têm-se acervo técnico, direitos de uso de linha telefônica, carteira de clientes e direitos autorais.

Ao comparar os resultados desta pesquisa com os de Antunes, Silva e Saiki (2009), que analisaram uma amostra de 100 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e constataram que os intangíveis mais recorrentes eram os *softwares* (79%), *ágio* (63%) e *marcas e patentes* (31%), com os de Cunha et al. (2010), que analisaram 40 companhias da BM&FBovespa, escolhidas aleatoriamente, em que se destacaram os *softwares* (72%), *ágio* (37,5%) e *marcas e patentes* (30%), também com os de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), que analisaram 36 companhias brasileiras listadas na NYSE, em que se destacaram novamente o *ágio* (73,94%), *softwares* (15%) e, também, *direitos contratuais* (8,66%), percebe-se que as empresas da amostra atual apresentaram semelhança com as empresas analisadas nas três pesquisas, no que se refere aos tipos de intangíveis que possuem. Esse achado da pesquisa indica que os intangíveis de maior destaque nas empresas brasileiras são os *softwares* e o *ágio*, e ainda, *contratos de concessão e marcas e patentes*.

Após analisar a representatividade dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras da amostra, verificou-se o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis, a fim de identificar se as empresas realmente estão possibilitando que os usuários sejam capazes de compreender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis.

A Tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas do índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis de cada setor econômico, conforme as determinações do CPC 04:

Tabela 6 – Estatística descritiva do índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis no ano de 2009 de acordo com os setores econômicos da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	N. empresas	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio Padrão (%)
Utilidade pública	65	21	100	69	21
Construção e transporte	67	28	100	68	22
Tecnologia da informação	6	71	100	90	10
Consumo cíclico	51	28	100	65	20
Bens industriais	31	29	85	63	17
Materiais básicos	40	28	92	60	18
Índice de conformidade	260	21	100	67	21

Fonte: os autores.

Em relação ao índice de conformidade das informações divulgadas sobre intangíveis, percebe-se, na Tabela 6, que o setor econômico de tecnologia da

informação se destacou, pois apresentou o maior índice médio de conformidade, equivalente a 90%. O índice mínimo desse setor foi de 71%, proveniente da companhia Itaotec, e o máximo foi de 100% conquistado pelas companhias UOL e Ideiasnet, que evidenciaram todas as informações recomendadas pelo CPC 04. O desvio padrão desse setor foi de apenas 10%, o menor dentre os seis setores analisados, demonstrando que existem poucas diferenças entre os níveis de evidenciação nas empresas do setor.

As empresas do setor de utilidade pública também se destacaram com um índice médio de 69%. No entanto, nesse setor está a empresa com menor conformidade com o CPC 04, cumprindo apenas 21% de suas determinações. Esse índice foi obtido pela empresa Cia. Energética de Brasília que informou apenas a existência de ativos intangíveis e a informação de que eles têm a sua recuperabilidade testada anualmente. O índice máximo desse setor (100%), com todas as informações evidenciadas, foi obtido pela empresa Uptick Participações S.A., porém, o desvio padrão foi um pouco mais elevado que o setor de tecnologia da informação.

Percebe-se, ainda, na Tabela 6, que os setores de consumo cíclico, bens industriais e materiais básicos também possuíam empresas com índices mínimos baixos (28% e 29%). Cabe ressaltar aqui, que nenhuma empresa dos setores de bens industriais e materiais básicos divulgaram 100% das informações recomendadas pelo CPC 04.

De forma geral, os setores com maiores proporções de ativos intangíveis apresentaram índices de conformidade mais elevados. Têm-se um índice médio de conformidade de 67%, ainda bastante distante de 100%. A empresa com menor índice alcançou 21% de um total de 24 itens analisados e, o máximo (100%), foi atingido somente por 11 empresas das 260 que compõem a amostra de pesquisa.

Comparando esses resultados com os de Cunha et al. que analisaram o nível de evidenciação dos ativos intangíveis nos anos de 2005, 2007 e 2009, de acordo com a IAS 38, em uma amostra de 40 empresas que negociavam ações na Bovespa, cujos resultados demonstraram que apenas 7 empresas da amostra atingiram 100%, verifica-se que ainda há a necessidade do aumento do nível de evidenciação obrigatória sobre os ativos intangíveis, o qual pode estar deixando de ocorrer em virtude do CPC 04 ser recente, uma vez que foi aprovado e publicado em 2008.

Para confirmar se existiam diferenças entre os índices de conformidade entre os setores analisados, calculou-se o teste t de Student e os resultados apontaram diferenças estatisticamente significativas, conforme descrito na Tabela 7:

Tabela 7 – Teste t dos índices de conformidade com o CPC 04

Setor econômico da BM&FBovespa	T	Sig	Nível
Util. pública X Constr. e transp.	-0,1939	0,847	> 0,05
Util. pública X Tecnol. da inf.	-3,5141	0,017	< 0,05
Util. pública X Consumo cíclico	3,1284	0,003	< 0,05
Util. pública X Bens industr.	2,7840	0,009	< 0,05
Util. pública X Mat. básicos	4,1284	0,000	< 0,05
Constr. e transp. X Tecnol. da inf.	0,4204	0,692	> 0,05
Constr. e transp. X Consumo cíclico	2,4628	0,017	< 0,05
Constr. e transp. X Bens industr.	1,9821	0,046	< 0,05
Constr. e transp. X Mat. básicos	2,9305	0,006	< 0,05
Tecnol. da inf. X Consumo cíclico	1,2796	0,033	< 0,05
Tecnol. da inf. X Bens industr.	1,1262	0,016	< 0,05
Tecnol. da inf. X Mat. básicos	2,7739	0,039	< 0,05
Consumo cíclico X Bens industr.	3,2631	0,063	> 0,05
Consumo cíclico X Mat. básicos	2,6695	0,011	< 0,05
Bens industr. X Mat. básicos	0,4198	0,678	> 0,05

Fonte: os autores.

O setor de utilidade pública, conforme consta na Tabela 7, apresentou um nível de significância de 0,847, superior a 0,05 apenas na comparação com o setor de construção e transporte. Portanto, o resultado do teste t permite afirmar que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias do índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis no ano de 2009 nesses dois setores.

Na comparação entre o setor de construção e transporte e tecnologia da informação, o grau de conformidade foi semelhante, pois, apresentaram um nível de significância equivalente a 0,692, superior a 0,05, comprovando que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias desses dois setores.

Nota-se, ainda, na Tabela 7, que o setor de bens industriais apresentou um nível de significância superior a 0,05 na comparação com o setor de consumo cíclico e também, com o setor de materiais básicos, sinalizando que também não existem diferenças estatisticamente significantes entre as médias desses setores.

Na comparação entre as médias dos demais setores, os cálculos resultaram em significância inferior a 0,05 e não se aceitou a hipótese de que as médias são iguais, ou seja, as médias do índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis, no ano de 2009, entre os demais setores, apresentaram diferenças estatisticamente significantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas da BM&FBovespa, por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa, com consulta ao Balanço Patrimonial, notas explicativas e relatórios de administração disponíveis no *site* da BM&FBovepa e *websites* das organizações. A amostra compreendeu 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBovespa com maiores e menores representatividades de ativos intangíveis no ano de 2009.

Os resultados permitiram verificar uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, em média, equivalem a 17% do ativo total e a 34% dos ativos fixos. Quanto à composição do subgrupo ativo intangível no balanço patrimonial das empresas, assim como nos estudos de Antunes, Silva e Saiki (2009), Cunha et al. (2010) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) destacaram-se os *softwares*, o *ágio*, os contratos de concessão e as marcas e patentes, sinalizando que estes são os intangíveis de maior destaque nas empresas brasileiras.

Em relação à evidenciação dos ativos intangíveis, os resultados revelaram um índice médio de conformidade de 75%, ainda bastante distante de 100%. Os índices demonstraram-se superiores nos setores de utilidade pública, construção e transporte e tecnologia da informação, que são aqueles com maiores proporções de intangíveis, sendo esse último setor econômico aquele com melhor índice médio de conformidade.

Referente às diferenças entre os níveis de conformidade com o *disclosure* obrigatório entre os setores, percebeu-se diferenças estatisticamente significantes nos confrontos dos índices, com destaque para o setor de tecnologia da informação e bens industriais que se demonstraram diferentes de outros três setores.

Perceberam-se, também, para o índice de conformidade, diferenças estatisticamente significantes nos confrontos dos índices entre as empresas dos seis setores analisados, e verificou-se que as empresas de setores com maiores proporções de ativos intangíveis não possuíam semelhanças estatisticamente significantes com as empresas de setores com menores proporções de ativos intangíveis no ativo total.

Sendo assim, os resultados demonstraram que, entre empresas de diferentes setores da BM&FBovespa, aquelas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total, apresentaram maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos.

Como limitação deste estudo, menciona-se a escolha pelas 260 empresas brasileiras listadas em seis setores econômicos da BM&FBovespa. Destaca-se, assim, que os resultados não podem ser generalizados para outras organizações, sendo restritos apenas àquelas que compuseram a amostra. No entanto, apesar desta limitação, o tema é relevante e não invalida os resultados obtidos que podem servir como referência para estudos posteriores, principalmente pela aplicação de novas técnicas. Assim, sugere-se para futuras análises, ampliar o número de empresas pesquisadas, selecionando, inclusive, aquelas dos setores da BM&FBovespa não inclusos neste estudo.

Analysis of conformity of disclosed information about intangible assets in companies listed on BM&FBovespa

Abstract

The study aimed to analyze the degree of compliance of disclosures about intangible assets in companies of BM&FBovespa, through a disclosure index prepared based on CPC 04. To this end, we performed descriptive, documentary and quantitative research, in consultation with the balance sheet, notes and management reports available on the BM&FBovespa website and websites of organizations. The sample included 260 companies from six economic sectors of BM&FBovespa with higher and lower representativeness of intangible assets in 2009. Results showed a good representation of the intangible assets, on average, equivalent to 17 % of total assets and 34% of fixed assets. Highlights included software, goodwill, contracts and concession brands and patents, indicating that these were the most recurring intangible in Brazilian companies. Regarding disclosure, the results showed an average compliance rate of 75%. The indices showed themselves superior in utilities, construction and transportation and information technology sectors, which are those with higher proportions of intangibles.

Keywords: Compliance of the information disclosed. Intangible assets. Companies of BM&FBovespa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; GUERRA, L. F. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2009.

ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos ativos intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei n. 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

ATKINSON, K.; MCGAUGHEY, R. E. Accounting for data: a shortcoming in accounting for intangible assets. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 10, n. 2, p. 85-95, 2006.

BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Deliberação CVM n. 488/05**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Deliberação CVM n. 553/08**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico**. 2008a. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 04: Ativos Intangíveis**. 2008b. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **Economic Policy Review**, v. 9, n. 1, p. 65-87, 2003.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, 2009.

CUNHA, A. G. et al. Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2010.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 28., 2004, Curitiba, **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books. 1998.

GALO, T. **Estudo sobre a identificação, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis em empresa de commodities agrícolas no Brasil**. 2009. 94 p. Dissertação (Mestrado profissional em Controladoria Empresarial)–Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: competitividade e globalização. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

HOEGH-KROHN, N.; KNIVSFLA, K. Accounting for intangibles assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: challenges and a solution. **International Journal of Accounting**, v. 35, n. 2, p. 243-265, 2000.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IAS 38**. Disponível em: <www.iasb.org>. Acesso em: 15 set. 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. **Suplemento do manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicáveis às demais sociedades). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOHANSON, U.; MARTENSSON, M.; SKOOG, M. Mobilizing change through the management control of intangibles. **Accounting, Organizations and Society**, n. 26, p. 715-733, 2001.

JORDÃO, R. V.; COLAUTO, R. D. Governança corporativa e evidenciação voluntária de ativos intangíveis: um estudo nos setores de telecomunicações e de utilidade pública. In: CONGRESSO SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. USP, 2009.

KANODIA, C.; SAPRA, H.; VENUGOPALAN, R. Should intangibles be measured: what are the economic trade-offs? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 1, 2004.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas**. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 158-168, 2006.

LEV, B. **Intangibles: management, measurement, and reporting**. Washington: Brookings, 2001.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, 2009.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado em Contabilidade)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MATOS, B. et al. A evidenciação voluntária do capital intelectual de natureza social e ambiental da empresa Natura Cosméticos S.A. no período de 2003 a 2007. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. USP, 2009.

OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Intangible assets and value relevance: evidence from the Portuguese stock exchange. **The British Accounting Review**, v. 30, p. 1-12, 2010.

PEREIRA, C. A. et al. Mensuração e o reconhecimento dos ativos intangíveis de acordo com normas brasileiras e americanas. In: CONGRESSO SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. USP, 2007.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 1, n. 40, p. 7-24, 2006.

RÊGO, T. F. et al. Evidenciação do capital intelectual nas empresas do segmento de papel e celulose, registradas na Bovespa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABC, 2008.

REINA, D. et al. Mapeamento da produção científica em capital intelectual: um estudo epistemológico no contexto nacional e internacional a partir das perspectivas propostas por Marr (2005), no período de 1994 a 2008. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100**. Dissertação (Mestrado em Administração)—Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SANTOS, A. P. G.; GALLON, A. V.; ENSSLIN, S. R. E. Um estudo descritivo da evidenciação do capital intelectual nas maiores companhias abertas da região sul do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABC, 2007.

SCHNORRENBERGER, D.; SOUSA, B. J.; REINA, D. Estudo sobre a evidenciação de capital intelectual das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

SECUNDO, G. et al. Intangible assets in higher education and research: mission, performance or both? **Journal of Intellectual Capital**, v. 11, n. 2, p. 140-157, 2010.

SPIEGEL, R. M. **Estatística**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1993.

SRIRAM, R. S. Relevance of intangible assets to evaluate financial health. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, n. 3, p. 351-366, 2008.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAVARES, M. F. N. **Reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil: um estudo sobre o nível de conformidade das empresas listadas na Bovespa com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos**. 2010. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

Recebido em 26 de março de 2013

Aceito em 05 de fevereiro de 2014

